



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

**CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

1  
2  
3 A decima sexta reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no  
4 auditório da SEMA, Anexo Othelo Rosa, rua Carlos Chagas, número cinqüenta e cinco,  
5 décimo primeiro andar, Porto Alegre-RS, no dia dezesseis de março do ano de dois mil e  
6 onze, às quatorze horas e quinze minutos. **Compareceram** os conselheiros: Secretário de  
7 Estado Adjunto da SOP Oscar Escher - Vice Presidência; Danilo Rhenheimer, Secretaria da  
8 Agricultura – SEAPA – representante; Margarete Vasata, Secretaria do Planejamento –  
9 SEPLAG – representante; Cizino Rocha, Secretaria da Saúde - representante; Marta  
10 Hermínia M Dias, representante Francisco Cloir, Secretaria da Ciência e Tecnologia – SCIT  
11 – representante; Luciane Sant’Anna Peralta, Casa Civil – representante; Teresinha Guerra,  
12 Comitê Lagoa Guaíba – titular; Renato Zenker, Comitê Camaquã – titular; Zuleica S. dos  
13 Santos, Comitê Ijuí - titular; Daniel Schmitz, Comitê Taquari – Antas – titular; Claud Ivan  
14 Goellner, Comitê Alto Jacuí – titular; Claucia Kappler, Comitê Turvo - Santa Rosa - Santo  
15 Cristo – titular. **Ausentes:** Secretaria dos Transportes; Secretaria de Minas, Energia e  
16 Comunicações; Sistema Nacional de Meio Ambiente – IBAMA e Sistema Nacional de  
17 Recursos Hídricos - SRHU. **Ausência Justificada:** Sistema Nacional de Recursos Hídricos  
18 – SRHU. **Demais:** Claudio Moraes, Comitê Baixo Jacuí; Paulo Robison R. Da Silva Samuel  
19 e Maurício Colombo, Comitê Gravataí; Mario Damé, Comitê Camaquã; Josélia L. Fraga,  
20 SOIP; Paulo Paim, AGENCIA/METROPLAN; Ivo Wagner, Comitê Quaraí; Gilberto Toig;  
21 Alcindo Neckel, Comitê Alto Jacuí; Maria Salete Cobalchini, FEPAM; Gilmar Carabajal, SOP;  
22 Gerson R. Ferreira, Comitê Santa Maria; Geovane Silveira, Comitê Litoral Médio; Carlos  
23 Heine e Maria de Fátima Warth, CORSAN; Sidnei Agra, Ecoplan Engª. Ltda; Rafael Erling,  
24 DRH/SEMA; Vania Oliveira e Carmem Lúcia Silveira da Silva, Secretaria Executiva do  
25 CRH/RS. O presidente Oscar Escher abriu a reunião, com pauta única, para apresentação  
26 do Plano Estadual de Recursos Hídricos. A seguir convidou o diretor e secretário executivo  
27 do CRH, Sr. Paulo Paim para fazer resumo do andamento do assunto. Paulo Paim informou  
28 que a Etapa A, feita, construída, discutida e validada pela sociedade gaúcha, pelos usuários  
29 da água, num processo extremamente interessante dentro do Estado, registrado a  
30 disposição de todos que tiverem interesse em ler. A fase B que é a partir dessa realidade o  
31 cenário que seria desejável em termos de uso da água, frente a realidade do Rio Grande do  
32 Sul também construído a partir do envolvimento. Como o plano parou e retomamos agora o  
33 processo licitatório, a empresa Ecoplan de engenharia ganhou, produziu um plano de  
34 trabalho, aquelas fases todas foram construídas com o envolvimento todo da sociedade.  
35 Como é que nós vamos fazer agora, e desenhou como vocês viram na reunião anterior dez  
36 passos detalhados sobre a retomada do envolvimento da sociedade, primeiro: na  
37 atualização do cenário, porque de 2007 prá cá algumas coisas já ocorreram e segundo:  
38 construído esse cenário, esse grande acordo entre todos os usuários da água, sociedade,  
39 etc. para o Rio Grande do Sul o que é preciso fazer? Quais as ações, os programas, os  
40 projetos que serão iniciados a partir desse conjunto de acordos ou deste grande acordo que  
41 é o cenário futuro do uso da água no Rio Grande do Sul. Muitos de vocês ou a maioria não  
42 participou desse processo, por isso eu gosto de lembrar a frase que estava escrita no  
43 banner do plano, que não tinha nada a ver com gota, com água, com coisa nenhuma. A  
44 frase dizia: O desenvolvimento social, econômico do Rio Grande do Sul passa por aqui. É a  
45 visão da água como elemento estratégico, não conseqüentemente também ambiental, ético.  
46 Vocês receberam, os membros receberam, hoje pela manhã houve a reunião da Câmara  
47 Técnica da Região Hidrográfica do Guaíba, que oportunamente, o presidente vai colocar  
48 para vocês o que aconteceu. Paim passou a palavra para o Sr. Henrique Kotzian, da  
49 Ecoplan Engenharia, empresa que ganhou a licitação e está fazendo o PERH, que falou  
50 como é importante contextualizar o plano nesse processo que já iniciou um tempo atrás,  
51 teve uma fase de diagnóstico envolvida, se iniciou a fase de formação de cenários futuros,  
52 foram feitos uma série de eventos, de participação social pelo menos capitaneados pela  
53 representação social junto ao grupo que elaborava o então plano estadual e num



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 determinado momento houve a paralisação e agora a gente retoma dentro dessa ótica,  
55 dessa perspectiva histórica. Quando a gente fala em fase B, C e D, cadê a fase A, essa já  
56 foi feita, foi concluída, era o diagnóstico. Na reunião passada do CRH, lembra que já falou  
57 sobre isso, mas vai recapitular. O plano foi desenvolvido em 2007 e parte em 2008 ele teve  
58 uma história de três, quatro anos antes até de conseguir ser contratado e transformado em  
59 realidade, pois bem, com a paralisação de 2008 de novo mais três ou quatro anos gestando  
60 pra enfim contratar agora e começar a elaboração. Foi contratado em dezembro de 2010,  
61 foram elaborados alguns documentos principalmente a parte de planos de trabalho e a  
62 coletânea das informações, a sistematização dessas informações tentando resgatar um  
63 pouco do que esse passado histórico produziu em termos de informações pra elaborar esse  
64 segundo plano. É um contrato bastante curto pensando nos desafios que nós temos pela  
65 frente, o prazo de conclusão é no início de Dezembro de 2011, nós temos aí oito meses pela  
66 frente e por isso a necessidade de tomar algumas decisões. Agora, quanto ao andamento e  
67 a forma de implementação e elaboração do plano, notadamente com vista a participação  
68 social, eu vou resgatar um pouco de como isso tinha sido feito no primeiro contrato do plano  
69 estadual, na época se enxergou, se fez uma série de eventos, se conversou com os  
70 comitês, o sistema não estava maduro, ciente, os comitês ainda não tinham pernas pra  
71 acompanhar o plano e pra subsidiar a elaboração do plano, eles estavam voltados pras suas  
72 questões internas, de gerir os seus problemas internos e então houve a necessidade de se  
73 criar uma instância, uma instituição, um colegiado específico pra acompanhar o plano. Hoje  
74 nós entendemos ao contrário, passados quatro anos desde a paralisação da primeira parte  
75 do plano estadual, o sistema está mais maduro, está mais atuante, os comitês, as Câmaras  
76 Técnicas ou o próprio Conselho tem condições, dependendo da instância que estivermos  
77 nos referindo de dar respostas e participar como se imagina. E a proposta que a gente está  
78 fazendo está aí, os dez passos que o Paim se refere é trabalhando em cima desse apoio do  
79 sistema, então primeira premissa do plano estadual que o sistema gaúcho já se encontra  
80 num estágio mínimo de amadurecimento capaz de acompanhar e subsidiar, o que há quatro  
81 anos atrás era um pouco mais difícil, hoje em dia tem muitos planos em andamento, os  
82 comitês estão ganhando agilidade, estão entrando no ritmo, estão conseguindo dar essas  
83 respostas, começam a se mobilizar por conta desses próprios planos que estão  
84 desenvolvendo e assim tem condições de nessa velocidade de ação, de começar a  
85 trabalhar, de participar e até com essas informações que estão sendo geradas nas suas  
86 áreas de competência, de abrangência, tem condições de dar as respostas que a gente vai  
87 ter. Só lembrando, as quatro fases do plano: diagnóstico concluído ainda em 2007, cenário  
88 futuros: foi desenhado um macro cenário para o Estado e a idéia é em cima desse macro  
89 cenário fazer discussões setoriais e elas foram feitas no segundo semestre de 2008, cada  
90 setor foi convidado, a agricultura irrigada, a criação animal, saneamento, geração de  
91 energia, navegação, mineração. Diversos eventos que ocorreram onde se apresentou o  
92 cenário futuro e os setores se posicionaram a respeito desse cenário, inclusive, com alguns  
93 compromissos bastante interessantes e arrojados, mostrando uma disposição dos setores  
94 de realmente entrar nessa linha de que o desenvolvimento passa pela água e entendendo  
95 que a água tem que ser tratada de uma forma um pouco mais respeitosa, com um pouco  
96 mais de atenção. Algumas proposições divulgadas pela equipe técnica da época, bastante  
97 arrojadas, mas que enfim foram incorporadas. Mas o que acontece agora; aquele era um  
98 cenário futuro desenhado entre 2007 e 2008, nesses três a quatro anos pra cá muita coisa  
99 mudou no cenário nacional e mundial Aquele cenário de futuro sócio-econômico de base  
100 sobre o qual os setores se posicionaram evoluiu, não se perdeu a totalidade, mas alguma  
101 coisa ele mudou, a necessidade que nós temos agora é atualizar esse cenário e colocar de  
102 novo aqueles compromissos setoriais, isto está sendo feito agora, enquanto da última  
103 reunião do Conselho pra cá, praticamente um mês, nós temos um consultor trabalhando,  
104 atualizando esse cenário e se conseguiu que ele fizesse exatamente a mesma coisa no  
105 plano nacional no final de 2010 e também o plano nacional teve que atualizar seu cenário  
106 futuro e como ele trabalhou no plano nacional, vem com essa carga de informações o que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 garante umas das coisas que o Paim tinha falado na última reunião do Conselho é a  
108 necessidade de articulação do plano estadual com o plano nacional. No próprio cenário ele  
109 vai mostrar a direção, objetivo e metas que se pretende alcançar e aí em cima dessa  
110 proposição é que serão feitas, recortados e configuradas as ações pra se chegar nesse  
111 ponto desejado e se sabe que muito provavelmente pelos cenários, nacional e estadual,  
112 terem vinculação os próprios programas e planos de ação também podem ter uma  
113 vinculação. O que é vantajoso termos dentro do nosso esforço, dentro do Estado, quanto ao  
114 planejamento de recursos hídricos uma série de ações que tem rebatimento no nível  
115 nacional, isto ajuda e facilita em escala nacional para ter mais recursos e é mais fácil.  
116 Sempre que a gente adere a alguma linha de ação, algum programa já em andamento, isso  
117 facilita, não quer dizer que vamos ficar reféns do plano nacional, aqui no Estado, nós temos  
118 desafios específicos a enfrentar que vão exigir proposições específicas, mas é sempre bom  
119 poder contar com alguma estrutura que já esteja em andamento e às vezes até com linhas  
120 de financiamento. Enfim a idéia é sempre trabalhar nessa linha da associação e da pró  
121 atividade em cima de ações que já tenham sido iniciadas. A elaboração do plano, a fase C  
122 na verdade é o plano específico. Uma vez que se sabe qual é a realidade, o futuro desejado,  
123 então o que vamos fazer pra chegar lá, o que temos que deixar de fazer, às vezes também  
124 passa por aí e no final uma questão até comentada com a Secretária na última reunião. A  
125 questão que é uma colocação gaúcha, a transformação do plano em projeto de lei e aí vai  
126 vir aquela esperteza, no bom sentido, se vai ser um projeto de lei pesado, cheio de artigos,  
127 algo mais leve, se vamos deixar na lei só o que é essencial e balisar e deixa o assessorio só  
128 como o plano técnico,. Então aqui sim vai ter um esforço de entender qual a melhor maneira  
129 de transformar a implementação do plano numa realidade e não deixar na letra fria da lei ou  
130 em cadernos de técnicos em prateleiras como a gente está acostumado. Só pra lembrar, a  
131 fase inicial que já está concluída, a apresentação do plano de trabalho, que foi entregue e  
132 discutido, foi feito o levantamento das informações disponíveis. Também já foi consolidado  
133 isso no relatório, tenho dois relatórios aqui e nós estamos agora aqui na fase B. Na  
134 consolidação do cenário futuro e a seleção de um cenário estratégico, a idéia é que um  
135 cenário futuro uma vez consolidado ele receba o nome de cenário estratégico e dele então  
136 nós vamos retirar as metas do plano. Existe ainda uma segunda atividade dentro da fase B  
137 que é articulação e compatibilidade com Santa Catarina e os países vizinhos Uruguai e  
138 Argentina. No início isso era um desafio bastante grande, só que talvez a interrupção tenha  
139 especificamente nessa atividade ajudado e nesse meio tempo em que o plano estadual ficou  
140 parado, o Pró Uruguai teve andamento. O Pró Uruguai considera a bacia do Uruguai no  
141 território brasileiro, ou seja, pega o lado catarinense e aqui a gente faz a articulação com o  
142 estado de Santa Catarina e estabelece algumas linhas. Só em termos de circulação e  
143 articulação com o Uruguai e Argentina principalmente porque o Pró Uruguai embora na sua  
144 definição tendo área de abrangência a bacia hidrográfica do rio Uruguai em território  
145 brasileiro, ele tinha um subtítulo que carregava com ele que é "Aqüífero Guarani". O Guarani  
146 ele se expande e acaba fazendo esse vínculo Uruguai com Argentina e dentro do próprio  
147 Brasil outros estados também. Já existe uma condição maior de fase técnica de esboço de  
148 informação nessa linha da articulação e com isso se fecha a fase B e vamos pra fase C no  
149 qual o plano é dividido em quatro ou cinco grandes itens. A questão da definição dos  
150 programas uma vez que a gente sabe quais são as metas e como chegar lá. Bem, mas  
151 então como é que nós vamos implantar esses programas? Temos que ter alternativas de  
152 investimento e aí eu falava da vantagem de ter alguns programas associados, derivados ou  
153 identificados com ações do âmbito nacional que facilitam a obtenção de financiamento e  
154 claro, estudar sempre a questão da cobrança do uso da água como um auxiliar no  
155 financiamento dessas ações. Esse item aqui o C dois ele não existia, não estava no primeiro  
156 contrato e agora ele apareceu muito adequadamente que é essa questão da articulação do  
157 departamento. Diversas bacias do estado, umas afluem às outras, ou seja, tem zonas de  
158 contato, de interface que tem que ser mudadas e tem que ter um regramento mínimo pra  
159 isso. Então a idéia é estabelecer um plano de diretrizes. A questão de consolidar as



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

160 diretrizes para outorga é uma proposição também, desenhar um esquema organizacional do  
161 plano, será que toda a estrutura do estado e do sistema estarão em condições de  
162 possibilitar a implementação do plano? A ocupação vai precisar de algum órgão, instituição  
163 específica. Então a idéia é trabalhar isso nessa atividade e depois então o relatório síntese  
164 que vai conter esses resultados até esse momento envolvidos e que na verdade consistem  
165 no próprio plano e por fim a fase D que é a questão do anteprojeto que ainda é uma  
166 definição estratégica a ser tomada. O peso que vai se dar ao anteprojeto, que pode ser  
167 muito pesado, ou muito leve ou algo intermediário é uma definição política que tem que ser  
168 gestada dentro do sistema, que é o que vai dar viabilidade, efetividade e a transformação do  
169 plano em algo real. Relembrando, o projeto vai até o início de dezembro de 2011, temos que  
170 ser bastante ágeis prá vencer esse prazo. A seleção do cenário estratégico para o final de  
171 Abril, mais ou menos em quinze dias ele estará configurado e aí a idéia dentro dos dez  
172 passos que vou abordar agora é fazermos as rodadas prá discutir e consolidar esse cenário.  
173 Fechando a fase B, no final de Junho, e a fase C, que são os programas de ação  
174 propriamente ditos, na questão do financiamento, futuro organizacional, outorga e cobrança  
175 até o final de Outubro, deixando o último mês para a questão da configuração do projeto de  
176 lei. Só lembrando que os relatórios, os documentos que fazem parte do contrato e que foram  
177 entregues: o plano de trabalho e a coleta de informações de consolidação e sistematização,  
178 esses dois estão prontos O relatório do cenário estratégico está em fase de elaboração  
179 técnica, vamos precisar de talvez um mês de esforço prá fazer esse documento técnico,  
180 essa proposição técnica circular no âmbito das instituições, que estamos imaginando que  
181 vão trazer esse aporte social desejado e depois no futuro o relatório da fase B, da fase C e o  
182 anteprojeto de lei. Só prá salientar o que está por trás do que vocês já viram e vão ver de  
183 novo no que a gente propõe nesses dez passos. Um processo, ele fica oscilando entre a  
184 vertente técnica e a vertente social, com o objetivo de convergir prá elaboração do plano, ele  
185 tem uma base técnica, mas é trabalhado no âmbito social e vem trazendo essas  
186 expectativas sociais de tal forma que vai resultar num grande acordo, vamos usar várias  
187 vezes a palavra acordo. Tecnicamente não seria difícil fazer, tem que fazer a informação  
188 técnica passar pelo social e voltar a ser trabalhada no ambiente técnico, até convergir num  
189 documento que seja reconhecido socialmente. Como enxergamos a questão da participação  
190 social no plano estadual? No primeiro contrato, de 2007, se tinha uma expectativa, até uma  
191 certa ingenuidade de se achar que nós íamos consultar a sociedade, íamos ter uma grande  
192 mobilização, quem trabalha com comitês sabe que não é assim, às vezes se faz um esforço  
193 monstruoso, achando que vai juntar um monte de gente e não é bem assim, mas as  
194 pessoas que estão lá são realmente as que deveriam vir, quantidade não é sinônimo de  
195 qualidade. Entendemos no espaço institucional do sistema estadual existe a representação  
196 da sociedade através dos comitês, cada um deles com 40, 50, 60 inscrições e por trás de  
197 cada uma delas umas dezenas, centenas de pessoas organizados ou agrupados, através  
198 das Câmaras Técnicas. Hoje pela manhã elas trabalharam nisso, cada Câmara técnica  
199 trabalhou essa questão, que agregados ou articulados sobre a batuta do Conselho,  
200 dependendo dos momentos e gente pode estar trabalhando num nível um pouco mais alto  
201 de um colegiado mais amplo ou descendo em colegiados mais específicos. A proposta que  
202 a gente está tendo, num sentido bem realista é pouco tempo prá pensar em grandes  
203 eventos de participação é ficar trabalhando nessa linha branca e deixando que isto aqui  
204 funcione de forma espontânea. Cada vez que a Câmara Técnica do Uruguai vai se reunir,  
205 ela tem pouco tempo, tem seus sistemas de reuniões, leva alguma contribuição, põe na  
206 pauta, é o que a gente consegue fazer com esse tempo disponível e na primeira etapa do  
207 plano estadual. A gente não trabalhava aqui, não se enxergava capacidade operacional do  
208 sistema prá dar as respostas. Hoje o sistema tem e uma coisa muito importante, que é  
209 reativação da CEAC Comissão Executiva de Articulação e Construção do Plano Estadual,  
210 que era como se fosse um grande comitê do estado inteiro. Acredita-se que em sessenta  
211 dias isso estará acontecendo, porque em sessenta dias eu tenho que estar com o cenário  
212 pronto, senão eu não vou estar trabalhando pelo Rio Grande do Sul, essa é também uma



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

213 justificativa de por que trabalhar com o sistema. E nada melhor que isso está escrito até na  
214 lei. O plano é uma ferramenta prá reforçar o sistema e ao jogar essa responsabilidade ao  
215 sistema, o Plano está reforçando o próprio sistema. Vamos aos dez passos: o primeiro  
216 passo já foi dado, naquela reunião anterior em que se fez e está sendo complementado hoje  
217 e comunicou a idéia de trazer ao conselho e aos seus entes a retomada do plano estadual,  
218 e a necessidade de fazer um seminário que seria uma forma de passar a limpo rapidamente  
219 o que continha no plano, o que nós temos que fazer, e a idéia fazer uma comunicação prá  
220 diversas entidades e órgãos prá tornar mais conhecido, oficializando fora do âmbito restrito  
221 do sistema a retomada do plano estadual. O passo dois: a montagem, a concepção de um  
222 plano de mídia, embora a gente tenha essa convicção de que não vamos fazer grandes  
223 eventos, mas a divulgação é uma coisa importante e ela tem que dar esse subsídio para o  
224 processo. A idéia é trabalhar junto com as assessorias de comunicação dos diversos atores  
225 e contando com o apoio da consultora, mas isso é uma coisa que agente está iniciando  
226 agora. Passo três: realização daquele seminário e algumas oficinas específicas. Em 2007  
227 nós fizemos uma oficina com a imprensa. A idéia era dar o mínimo de conhecimento aos  
228 profissionais da imprensa para que eles pudessem melhor veicular informação sobre  
229 Recursos Hídricos, foi um esforço em que se investiu muito, e tínhamos uma expectativa  
230 muito grande, e na verdade teve um retorno meio acanhado, porque nem a mídia estava  
231 interessada em veicular. Eles têm interesse quando dá uma cheia igual à cidade de São  
232 Lourenço, quando dá um problema no Sinos, no Gravataí, entrevista umas duas ou três  
233 pessoas, fecha a matéria e já está pensando no jogo de futebol do domingo e pronto.  
234 Infelizmente é isso, tentamos entrar em contato com editorias de jornais, meios de  
235 comunicação maiores e não teve interesse de praticamente nenhum em formar profissionais  
236 na área específica de recursos hídricos. Mas é uma idéia que ainda temos de um pouco  
237 mais de interesse nisso e é incrível como é difícil, todos que já tentaram. Sabem que colocar  
238 uma notícia, uma chamadinha no jornal, se eles não querem não adianta, ou se quiser tem  
239 que botar a mão no bolso e pagar. Só se pagou a primeira vez, depois só entra notícias de  
240 novo pagando, a gente aprendeu umas coisinhas não muito bonitas em relação à mídia.  
241 Com relação específica ao cenário futuro, a idéia é trabalhar com as Câmaras Técnicas,  
242 criar um cronograma de reuniões, estamos propondo uma por região hidrográfica, prá se  
243 levar esse cenário ainda não estratégico atualizado, ou seja, o cenário anterior atualizado e  
244 abastecido com a contribuição dos setores e dar uma rodada nessas três regiões  
245 hidrográficas de forma que haja uma condição de discussão, análise, aporte de  
246 contribuições, enfim, de forma que a gente já tenha uma primeira rodada do âmbito do  
247 sistema com o cenário estratégico. Como temos pouco tempo, aproveitaremos também  
248 cada evento, discute o cenário estratégico num turno e já começamos a fazer o  
249 levantamento do rol de necessidades, ou seja: programas, ações, etc, que depois  
250 devidamente articulados e estruturados dentro da matriz do Estado vão resultar nos  
251 programas de ações lá na fase C, isso até o final de Abril. Depois reuniões temáticas; como  
252 vamos estar com mais tempo, trabalhando paralelo na parte técnica da estruturação  
253 daqueles programas de ação para rever, redefinir, validar, discutir esses acordos, ações e  
254 diretrizes que vão apontar para o programa de ação, isso entre Julho e Agosto. Em  
255 Setembro a gente faria um seminário final em que seriam apresentados esses acordos  
256 iniciados naquele rol da reunião de Abril, trabalhados tecnicamente. Retornados em  
257 reuniões temáticas entre Julho e Agosto e em Setembro a gente mostraria um resultado em  
258 relação ao que a gente chama de acordos globais, que na verdade é o resultado da fase C,  
259 e usando a linha de trabalhar com o plano nacional, dentro de uma vertente participativa,  
260 porque são acordos globais que foram gestados no âmbito das instituições da  
261 representação social. Até o final de Outubro volta para o âmbito técnico onde é feito o  
262 fechamento junto com as questões de financiamento, de sistema organizacional. Não da prá  
263 conceber programas, ações que não tenham algum responsável definido, nem fonte de  
264 recursos, porque senão não vai acontecer nada, precisamos ter no mínimo essas duas  
265 identidades prá fazer um plano ter condições de implementação. E aí até o final de Outubro



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

266 deixariamos a vertente técnica e em Novembro na reunião Extraordinária do Conselho,  
267 apresenta e aguarda aprovação do plano pelo mesmo; essa é basicamente a fase C.  
268 Deixamos para o final de Novembro a questão do anteprojeto de lei, o encaminhamento à  
269 Assembléia, na verdade entre esses dois passos, ou melhor ainda que seja antes, é aqui  
270 que vai se materializar. Nós temos que definir de que forma vai ser feito o anteprojeto de lei,  
271 se vai ser algo pesado, se vamos pegar 100, 200 páginas de plano prá transformar em lei, o  
272 que é um absurdo, quando isso for prá Assembléia não vai ser aprovado nunca; ou se vai  
273 ser algo muito simples, um único artigo, com um único parágrafo dizendo: Instituído o plano  
274 nacional de recursos hídricos conforme documento técnico e ponto. Ou então pegar as  
275 principais orientações sobre a outorga, cobrança, enquadramento, são essas grandes  
276 definições que vão apoiar o plano e virar lei. E deixa que todo emaranhado técnico, todo  
277 detalhamento fique por conta do documento técnico. Mas isso é ainda muito difícil de dizer,  
278 tem que começar a rodar o plano, o sistema tem que entrar e a secretaria, principalmente a  
279 Secretrária que tem essa experiência, essa vivência legislativa talvez ela possa contribuir  
280 muito dizendo de que forma circula ou tramita mais facilmente na Assembléia Legislativa a  
281 aprovação final do plano estadual. Deixo meus contatos prá dirimir, dúvidas, conversar  
282 sobre o plano e retorno a palavra para o Paim. Paulo Paim agradece para o Henrique pela  
283 apresentação e passa a palavra para o Secretário Oscar Escher que deu andamento e abriu  
284 espaço às Câmara Técnicas se manifestarem. Maurício Colombo Presidente da Câmara  
285 Técnica da Região Hidrográfica do Guaíba se manifestou dizendo que tiveram reunião pela  
286 manhã, com a presença de dez dos seus doze membros, discutiram acaloradamente a  
287 tarefa e concordam plenamente com a proposta, mas queriam que fosse explicado melhor  
288 como os comitês da região hidrográfica vão fazer, porque as atividades que alguns comitês  
289 estão tendo, tem exigido muito tempo para a direção e para o comitê propriamente dito.  
290 Queremos ver se conseguimos fechar esse cronograma cronológico no tempo e no espaço  
291 prá que não haja atropelos. Como não tínhamos essa informação que veio prá nós,  
292 daqueles meses, não tínhamos dados. Temos que sentar junto com vocês, prá fecharmos  
293 uma ordem cronológica, para que não haja atropelos da nossa parte e da de vocês. Tem a  
294 questão das plenárias de comitês, alguns se reúnem bimestralmente, falando da região  
295 hidrográfica do Guaíba, isso já é um entrave, os nove comitês estão envolvidos na CEAD,  
296 dois estão com processo de planejamento em andamento, ou melhor três, o comitê Vacacaí  
297 está passando por processo de renovação, de eleição; a gente vai ter que tentar isso de  
298 uma maneira breve. Talvez o DRH nos chame prá fazer uma reunião prá criar essa  
299 cronologia, porque o que está sendo pedido são dois grandes seminários, um no início e  
300 outro no fim e depois cinco no meio em diferente regiões e isso vai envolver a região  
301 hidrográfica do Guaíba uma vez, mas as outras regiões que são maiores e mais distantes,  
302 talvez complique. Estamos preocupados com isso, quanto à forma de participação nós  
303 vamos nos esforçar prá isso. O presidente Oscar agradeceu ao conselheiro e passou a  
304 palavra para o Henrique que salientou não haver problema quanto a isso, inclusive, já  
305 colocou em vermelho as datas começando a retalhar mais, mas a ideia era essa, desse  
306 aceite consensual, e ficou no compromisso de pegar esses dez passos do programa,  
307 transformar em cronograma, com datas e encaminhar para o Paim distribuir. Lembrando que  
308 se houver necessidade de alterar alguma data, não tem problema. Paim usou a palavra  
309 dizendo que como 2011 está positivamente carregado, então primeiro na região hidrográfica  
310 do Guaíba, depois vai conversar com o pessoal do DRH prá fazer a mesma coisa nas outras  
311 duas, fazer um cronograma mesmo, o que está acontecendo, e está acontecendo uma  
312 montanha de coisas prá que esse calendário que vai ser trabalhado já ocupe os espaços e  
313 venha articulado com os outros. Depois vamos trabalhar com o pessoal do DRH prá montar  
314 pro Uruguai e Litoral a mesma coisa. Presidente Oscar Oscar pediu se mais alguém gostaria  
315 de se manifestar, como não houve pedido de ninguém, deu procedimento a votação da  
316 validação dos conteúdos que foram colocados pela consultoria para que possam dar  
317 sequência, com a ressalva de que deverá ser apresentado em tempo curto um cronograma  
318 afinado com as plenárias dos comitês e toda estrutura que está discutindo. O conselheiro



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

319 Daniel pediu se, a partir dessa votação, o conselho desencadeia um processo comunicando  
320 a toda a sociedade e o presidente. Oscar salientou que a proposta é validar já, para que  
321 eles continuem os trabalhos, só que até a próxima reunião do conselho deva estar  
322 consolidado e afinado totalmente o cronograma, porque é desejo que as coisas fluam. O  
323 Estado tem necessidade de fazer gestão e harmonizar com as estruturas que a sociedade  
324 debate e também que as coisas se consolidem no menor tempo possível. Colocou em  
325 votação a validação do conteúdo apresentado com a necessidade de uma complementação  
326 de um cronograma mais apurado. Foi aprovado por unanimidade e com isso se encerra a  
327 pauta principal da reunião. Presidente Oscar propôs solicitou aprovação da transferência da  
328 próxima reunião ordinária do CRH, agendada para treze de abril para vinte e sete de abril,  
329 devido ao Quarto Simpósio Nacional e Primeiro Simpósio Estadual sobre o uso das Águas  
330 em Passo Fundo, entendendo a necessidade de valorizar esse simpósio. Pediu se havia  
331 alguma manifestação sobre essa proposta, como ninguém se manifestou, foi colocado em  
332 votação e aprovado por unanimidade. Também propôs a pauta para a próxima reunião do  
333 Conselho: a apresentação dos trabalhos da Agência das águas que está a cargo da  
334 Metroplan, colocou em votação e foi aprovada a pauta para a próxima reunião do Conselho.  
335 Antes de dar por encerrada a reunião, a conselheira Zuleica questionou que já estão quase  
336 em abril e ainda não se discutiram os projetos do Fundo de Recursos Hídricos prá esse ano,  
337 como está sendo pensado isso, os investimentos de que forma vão ser articulados, por ser  
338 essa uma questão muito importante. O presidente Oscar repetiu alguns pontos da pauta da  
339 próxima reunião a pedido do conselheiro Maurício Colombo. Paim esclareceu que não tem  
340 mandato prá falar isso, quem deveria falar era a Diretora Nanci, mas por demanda o que foi  
341 acertado na reunião anterior do conselho. Nesta próxima reunião será apresentada uma  
342 proposta de projetos a serem validados dentro do orçamento do estado para 2011, com  
343 suas referentes rubricas, o que está previsto, o que está em andamento, projetos novos prá  
344 esse ano para serem debatidos aqui, isso já é pauta para a próxima reunião. Conselheiro  
345 Daniel pediu que se confirmada essa pauta para a reunião, os documentos para consulta  
346 venham antes da reunião para poderem analisar. Presidente Oscar salientou que esse  
347 material por rotina, pela organização interna vai ser repassado para as Câmaras Técnicas.  
348 Carmem fez uso da palavra esclarecendo que existe uma Câmara Técnica em que quase  
349 todos os comitês estão representados que é de orçamento e prestação de contas dos  
350 projetos do Fundo, vai ser tudo passado prá ela, e quem participa representando os comitês  
351 tem que repassar para o seu comitê. Já estamos com a prestação de contas do Fundo  
352 pronta, só falta a SOP mandar, a SIUMA já mandou e nós vamos apresentar os projetos, prá  
353 isso que foi criada essa Câmara. Zuleica questionou novamente que os conselheiros devem  
354 ter acesso ao que vai ser contemplado, porque não estamos só falando dos projetos que já  
355 estão contemplados, afinal estamos falando de recursos que vão ser investidos. Paim  
356 esclareceu que o combinado é esse, que a Câmara Técnica de projetos do Fundo andava  
357 meio destivada por vários motivos que não interessam e a idéia da Secretária é que as  
358 Câmaras Técnicas cumpram o seu papel. Se tudo der certo, vou dar notícia da região  
359 hidrográfica do Guaíba em primeira mão, vai à Câmara Técnica a prestação de contas e  
360 uma proposta dos projetos para eles discutirem do jeito que entenderem e antes disso tudo,  
361 vai a todos os conselheiros prá que eles possam trabalhar na reunião do dia vinte e sete. Do  
362 ponto de vista da CTG, já tinha sido pedido pelo Diretor Ricardo que está gerenciando o  
363 convênio dentro da Metroplan. Os conselheiros vão receber uma correspondência do Paim  
364 como proposta, já de cara, prá analisarem se está bem ou não, para que a parte da Agência  
365 seja cumprida nesse latifúndio que está se fazendo agora. O presidente Oscar salientou que  
366 fica registrado o esforço dos gestores em bem informar aos conselheiros, agradeceu a  
367 presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Carmem Lúcia Silveira da Silva, secretária  
368 executiva adjunta do Conselho de Recursos Hídricos, lavro esta ata.